

PARECER Nº 10/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

Assunto: Oferta Permanente - Diretrizes Ambientais - Bacia Potiguar

1 OBJETIVO

O objetivo deste Parecer é analisar as considerações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes, e a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 02/2024, visando à inclusão de blocos exploratórios na Oferta Permanente de Áreas, localizados na **Bacia Potiguar**, no Estado do Rio Grande do Norte. A análise desta Coordenadoria atende ao disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017 e na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022. Também serão consideradas as eventuais restrições a serem observadas pelos operadores durante o processo de licenciamento ambiental, bem como aquelas decorrentes da aplicação da Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP, aprovada pela Resolução de Diretoria nº 436/2024, de 27/06/2024.

2 REFERÊNCIAS

- [1] Resolução CNPE nº 17/2017, de 08 de junho de 2017
- [2] Resolução CNPE nº 27/2021, de 09 de dezembro de 2021
- [3] Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, de 22 de março de 2022
- [4] Ofício nº 200/2021/SSM/ANP-RJ (SEI 1866865)
- [5] Ofício nº 48/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1969663)
- [6] Despacho NUPETR (id 14117260) (SEI 2477676)
- [7] Parecer Técnico (id 13109897) (SEI 2477677)
- [8] Ofício nº 783/2020/SSM-e-ANP, de 25 de agosto de 2020 (SEI 0885996)
- [9] Ofício nº 55/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ, de 23 de fevereiro de 2022 (SEI 1975925)
- [10] Parecer Técnico IDEMA 2020-154737/TEC/DOEXT-0602 (id14096095) de 29 de outubro de 2020 – (SEI 0998141)
- [11] Despacho IDEMA - NUPETR (id.14378278), de 02 de maio de 2022 (SEI 2166272)
- [12] Ofício nº 568/2022/IDEMA – DG-IDEMA, de 11 de maio 2022 (SEI 2166266)
- [13] Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP - (SEI 4001491)
- [14] Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 02/2024 (SEI 4543934)
- [15] Resolução de Diretoria 436 (SEI 4132579)
- [16] Ofício nº 75/2022/SAG/ANP-RJ (SEI 2492660)
- [17] Indicativo do Potencial Petrolífero (SEI 2492854)
- [18] Nota Técnica nº 005/2020/SDP (SEI 0638210)

3 INTRODUÇÃO

1. A Resolução CNPE nº 17/2017 [1], modificada pela Resolução CNPE nº 27/2021 [2], autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a definir e licitar blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, por meio de ofertas permanentes, à exceção dos campos ou blocos na área do pré-sal e nas áreas estratégicas, que demandam Resolução específica do CNPE.
2. O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 dispõe que o planejamento de outorga de áreas levará em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, com abrangência regional, que subsidiarão o planejamento estratégico de políticas públicas, de modo a dar maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, segundo as melhores práticas internacionais.
3. No caso de áreas para as quais ainda não tenham sido concluídos tais estudos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os procedimentos, critérios e prazos para as manifestações conjuntas foram disciplinados pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].
4. No caso em tela, **a ANP solicitou ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA, do Rio Grande do Norte, a avaliação de 42 (quarenta e dois) blocos em estudo na bacia Potiguar**, situados nos setores SPOT-T2, SPOT-T3, SPOT-T4 e SPOT-T5, conforme Tabela 1 e Figura 1. A solicitação ao órgão ambiental estadual foi feita por meio dos Ofícios nº 200/2021/SSM/ANP-RJ [4] e nº 48/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [5], atendidos pelo Despacho NUPETR (id 14117260) [6] e pelo Parecer Técnico (id13109897) [7], documentos constantes do processo SEI IDEMA nº 02810021.000043/2022-51.

Tabela 1 - Blocos em estudo na Bacia Potiguar

Bacia Potiguar	
Setor	Blocos Exploratórios
SPOT-T2	POT-T-241, POT-T-258, POT-T-259, POT-T-278, POT-T-279, POT-T-299, POT-T-300, POT-T-321, POT-T-322 (9 blocos)
SPOT-T3	POT-T-328, POT-T-329, POT-T-356, POT-T-357, POT-T-363, POT-T-364, POT-T-394, POT-T-397, POT-T-398, POT-T-438, POT-T-441, POT-T-442, POT-T-443, POT-T-482 (14 blocos)
SPOT-T4	POT-T-518, POT-T-561, POT-T-562, POT-T-563, POT-T-695, POT-T-699, POT-T-743, POT-T-747, POT-T-784, POT-T-787, POT-T-788, POT-T-791, POT-T-882, POT-T-883 (14 blocos)
SPOT-T5	POT-T-526, POT-T-528, POT-T-570, POT-T-613, POT-T-619 (5 blocos)

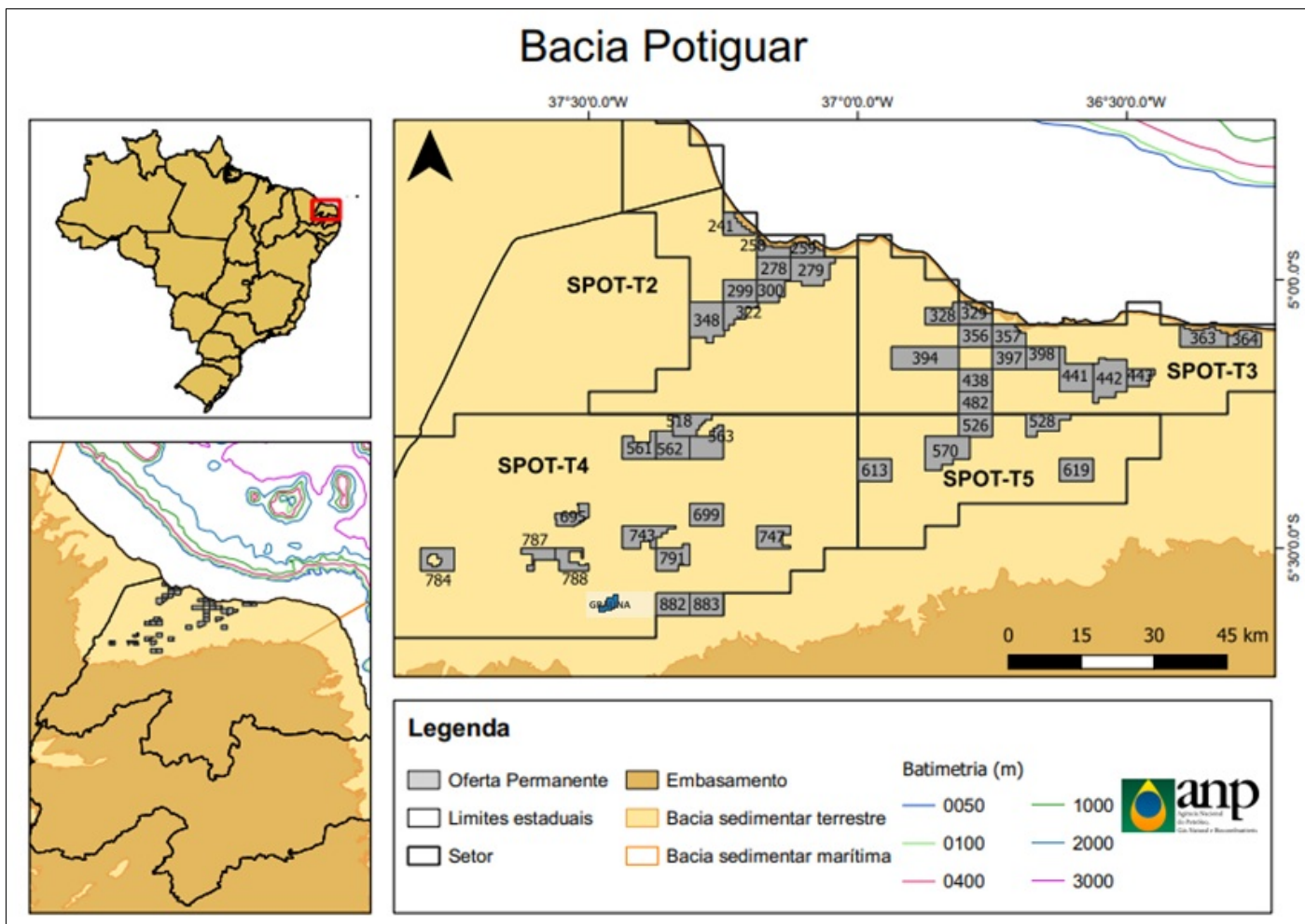


Figura 1 – Mapa de localização dos blocos em estudo na Bacia Potiguar

5. Adicionalmente, foi solicitada a manifestação do IDEMA em relação ao **Campo de Graúna**, área de acumulação marginal situada no setor SPOT-T4, também no Rio Grande do Norte, por meio dos Ofícios nº 783/2020/SSM-e-ANP [8] e nº 55/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [9].
6. O IDEMA manifestou-se sobre o campo por intermédio do Parecer Técnico IDEMA 2020-154737/TEC/DOEXT-0602 (id14096095) [10], complementado pelo Despacho IDEMA - NUPETR (id.14378278) [11], e encaminhado pelo Ofício nº 568/2022/IDEMA - DG-IDEMA [13]. Esses documentos constam do processo SEI IDEMA nº 02810010.000791/2022-63.
7. Em 28/11/2024, a **Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 02/2024 [14]** foi assinada pelo **MMA e pelo MME, aprovando a inclusão de 40 blocos exploratórios da Bacia Potiguar e do Campo de Graúna** no edital da Oferta Permanente para Licitações para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Em relação à demanda original da ANP, dois blocos foram excluídos após análise do IDEMA, conforme será detalhado na próxima seção neste Parecer.
8. Ocorre que em 27/06/2024 foi aprovada, pela Diretoria Colegiada da ANP, a **Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [13]** que, com o objetivo de buscar a chamada “licença social para operar”, ou seja, melhorar a percepção pública da atividade, facilitando as condições para o seu desenvolvimento e minimizando seus riscos socioambientais e jurídicos, propôs a adoção de critérios adicionais para a definição dos polígonos dos blocos a serem colocados em oferta. A Manifestação Conjunta elaborada pelo MME e pelo MMA não considerou a aplicação desses novos critérios, cabendo à ANP a análise das restrições deles decorrentes, o que se faz na sequência deste Parecer. Destaca-se que a Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/2024 faz parte do conjunto de documentos levados à Consulta e Audiência Públicas nº 02/2024, cujo objetivo era "obter subsídios sobre o edital de licitações e os contratos de concessão de blocos exploratórios e de área com acumulações marginais da Oferta Permanente de Concessão – OPC".

4.1 - Características gerais da Bacia Potiguar

9. A Bacia Potiguar está localizada no extremo leste da Margem Equatorial Brasileira, estando sua maior parte no Estado do Rio Grande do Norte, e uma pequena parte no Estado do Ceará. Sua área é de 222.144 km², das quais cerca de 195.425 km², ou 87%, correspondem à porção submersa, até o limite das águas territoriais brasileiras. Atualmente não conta com blocos disponíveis na Oferta Permanente.

4.2 - Fluxo de definição das diretrizes ambientais

10. A ANP pretendia originalmente incluir no processo de Oferta Permanente 42 (quarenta e dois) blocos exploratórios, além do campo de Graúna, conforme indicado na Figura 1. Como etapa inicial do processo de definição de blocos, a ANP realiza uma análise preliminar, visando identificar questões críticas com relação ao estabelecimento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e à conservação do meio ambiente.

11. A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], em seu inciso II do art. 2º, estabelece que, após a definição dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente pela ANP, e em se tratando de bacia sedimentar terrestre, faz-se necessário solicitar parecer ao órgão de meio ambiente estadual com competência para o licenciamento ambiental na área de petróleo e gás natural e, quando couber, a outros órgãos e entidades da administração pública.

12. Após o recebimento dos pareceres ambientais, a ANP avalia os critérios específicos estabelecidos pelo órgão ambiental e realiza eventuais recortes nos blocos para a adequação e/ou exclusões de áreas sensíveis ambientalmente recomendadas pelos órgãos ambientais, caso necessário, e encaminha ao MMA e ao MME a delimitação dos blocos ou áreas a serem ofertados em formato vetorial (*shapefile*), juntamente com os pareceres ambientais e a estimativa do potencial petrolífero da área.

13. O MMA e o MME, por sua vez, devem elaborar a manifestação conjunta, que terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser revista e ratificada por iguais períodos, caso necessário.

14. No caso em análise, a Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 02/2024 [14] considerou o estabelecido no art 4º da Portaria Interministerial nº 01/2022 [3], que indica que deverá(ão):

"I - ser **excluídas**, mediante justificativa, as áreas dos blocos que:

a) apresentem **sobreposição às unidades de conservação**, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, excetuadas suas zonas de amortecimento e as Áreas de Proteção Ambiental - APA, que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, conforme Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do MMA e do Instituto Chico Mendes; e

b) apresentem **sobreposição com terras indígenas delimitadas, declaradas, homologadas e regularizadas** por decreto presidencial ou área interdita com restrição de ingresso e trânsito em razão da presença de índios isolados, regido pelo art. 7º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, conforme consta da base de dados georreferenciados disponibilizada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

II - ser **indicada a sobreposição** de blocos com as seguintes áreas:

a) **APA e zonas de amortecimento das demais unidades de conservação**, quando existentes, que compõem o SNUC, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000, cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes;

b) áreas com **ocorrência de espécies da flora ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponibilizadas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção;

c) áreas com **ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponíveis no Sistema de Avaliação do Risco de

Extinção da Biodiversidade - SALVE, do Instituto Chico Mendes, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção;
d) **assentamentos, territórios quilombolas**, de acordo com a base de dados georreferenciados disponibilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
e) **áreas tombadas, sítios arqueológicos ou paleontológicos**, nos termos da Lei nº 3.924, de 1961, cujos dados georreferenciados são disponibilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; e
f) **áreas com riscos geológicos**, conforme a base de dados georreferenciados disponível no sítio do Serviço Geológico do Brasil - CPRM;
III - ser indicado o **potencial petrolífero** e eventuais restrições ambientais, bem como os aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados, na forma do art. 2º, incisos I e II."

15. Conforme já apontado, a partir da aprovação da Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [13], foram estabelecidos critérios adicionais para a definição dos polígonos dos blocos a serem colocados em oferta. A Tabela 2 sintetiza as principais alterações propostas pela Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [13].

Tabela 2 - Novos Critérios Socioambientais

	Critérios Anteriores	Critérios NT 08/2024
Terras Indígenas e Quilombolas	Delimitação de blocos considera a exclusão de áreas indígenas demarcadas	Exclusão de áreas indígenas e quilombolas + buffer de 10 Km na região da Amazônia Legal e de 8 Km em outras regiões
Unidades de Conservação	UCs recortadas no processo de delimitação dos blocos + recortes complementares a partir das recomendações dos OEMAs	Recorte das Zonas de Amortecimento (ZA) estabelecidas no Plano de Manejo de cada UC. Para as UCs que não tenham ZA definidas em seu Plano de Manejo, ou que não tenham Plano de Manejo, buffer de 10 km se na Amazônia Legal, ou 8 km fora dela
Áreas densamente povoadas	NA	Núcleos Urbanos com mais de 400 habitantes por km2 Recorte de áreas com extensão superior a 5 Km2
Áreas de mineração de sal gema	NA	Exclusão de áreas sobrepostas à extração de sal-gema na fase de “Concessão de Lavra”

16. Assim, após o recebimento da Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 02/2024, a ANP procedeu à aplicação desses critérios adicionais.

4.3 - Aspectos específicos apontados pelos órgãos ambientais

Na Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 02/2024 [14], foram apresentados os aspectos ambientais específicos apontados pelos órgãos ambientais estaduais consultados, conforme destacado na sequência.

IDEMA-RN

17. Nos Despachos NUPETR (id 14117260) [6] e NUPETR (id.14378278) [11], o IDEMA apontou a Lei Complementar nº 272, de 3 de março de 2004 que discrimina, nos art.46 e art.47, as licenças e autorizações aplicáveis às atividades de petróleo e gás no Estado do Rio Grande do Norte. O órgão destacou que para localizar, instalar ou operar as atividades/empreendimentos da indústria petrolífera na referida área, o empreendedor deve realizar previamente o devido licenciamento ambiental no órgão

competente, o IDEMA.

18. O Parecer Técnico do IDEMA [10], datado de 29 de outubro de 2020, teve por finalidade analisar ambientalmente a área de Graúna. Na análise de sobreposição com as bases de dados disponíveis, o IDEMA verificou que a área não se encontra em Unidade de Conservação (UC), Área de Preservação Permanente (APP), e tampouco está próxima às cavidades mapeadas.

19. O IDEMA observou sobreposição de parte dos blocos SPOT-T-442, SPOT-T-443, SPOT-T-363, SPOT-T-364, com a zona de amortecimento (ZA) da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT), contudo, considerou dispensável o recorte espacial das áreas de sobreposição porque, conforme o Plano de Manejo desta UC, a zona de amortecimento é considerada área apta à realização de atividades econômicas diversas.

20. Ademais, o IDEMA observou sobreposição dos blocos SPOT-T-328, SPOT-T-329 com a Área de Proteção Ambiental (APA) Dunas do Rosado e recomendou o recorte das áreas de sobreposição destes blocos com esta Unidade de Conservação (UC).

21. Após consulta ao banco de dados disponibilizado no dia 31 de julho de 2021 pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (ICMBio/CECAV), o IDEMA observou que nas áreas dos blocos SPOT-T- 699, SPOT-T-787 e SPOT-T-788 há ocorrência de cavidades naturais subterrâneas ou de potencial espeleológico (cavernas), e destacou que, nesse caso, os interessados em desenvolver atividades nas áreas deverão se atentar para o art. 4º da resolução CONAMA 347/2004, segundo o qual, *“A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou degradadores do patrimônio espeleológico ou de sua área de influência dependerão de prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente, nos termos da legislação vigente.”*

22. Caso seja requerido licenciamento de empreendimentos nas áreas de influência de cavernas, o empreendedor deverá apresentar, acompanhado dos demais estudos ambientais, o estudo espeleológico da área conforme o termo de referência IDEMA, e com a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 2, de 30 de agosto de 2017.

23. Por fim, foi observado que na área de interesse e suas proximidades estão localizados projetos de assentamento de reforma agrária, que foram relacionados na *Tabela 3 – Blocos de exploração que sobrepõe área destinada a Projetos de Assentamento de Reforma Agrária* (Parecer Técnico [7]), sendo ressaltado que será necessário que as empresas realizem posteriormente as devidas consultas às instituições responsáveis, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF/RN).

24. No âmbito do Despacho NUPETR (id 14117260) [6], foi apresentado um recorte do Parecer Técnico [7] com restrições ou recomendações que poderão afetar o licenciamento ambiental, onde é destacado que é indispensável que as empresas interessadas verifiquem a sobreposição das áreas especificadas, respeitando as restrições legais em vigor. Destaca-se, ainda, que para localizar, instalar ou operar as atividades/empreendimentos da indústria petrolífera na referida área, o empreendedor deve realizar previamente o devido licenciamento ambiental no órgão competente, o IDEMA, apresentando os estudos ambientais exigidos.

25. Em complemento às análises efetuadas pelo IDEMA, o MMA encaminhou ao MME novas considerações do ICMBio, do Ibama e da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais/MMA, referentes aos blocos da Bacia Potiguar.

ICMBio

26. Em relação às espécies da fauna ameaçadas de extinção, o ICMBio destacou, com base nos registros do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (SALVE), em 09/10/2023, que merece atenção a interferência dos blocos em relação a cinco espécies de aves migratórias ameaçadas de extinção, sendo relevante observar que algumas delas utilizam a região Nordeste do Brasil como ponto de apoio para migração entre a América do Norte e o sul do Brasil. O órgão ainda ressalta que qualquer atividade nos blocos POT-T-258, POT-T-259, POT-T-278, POT-T-329, POT-T-438, POT-T-518, POT-T-528 e

POT-T-363 deve considerar essas espécies nos estudos prévios.

27. O ICMBio efetuou, ainda, análises de sobreposição dos blocos da Bacia Potiguar com o Mapa de Compatibilidade do Plano de Redução de Impactos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira (PRIM PGMAR). Dos 42 blocos propostos, 16 se sobrepõem, total ou parcialmente, à área de abrangência do Plano. Entre esses, 13 demonstraram compatibilidade baixa, indicando a presença de uma biodiversidade sensível à exploração de Petróleo e Gás Marinho nessas áreas e, por fim, sugeriu que a exploração nos blocos leve em consideração as espécies ameaçadas de extinção. Para os blocos em que há uma compatibilidade baixa entre a conservação da biodiversidade e as atividades de exploração de Petróleo e Gás em ambiente marinho/costeiro, recomendou a verificação das espécies presentes e a implementação de medidas mitigadoras eficientes para evitar a perda líquida de biodiversidade.

Ibama

28. O Ibama informou que a região da Bacia Potiguar apresenta uma densa rede de corpos d'água, alguns dos quais atravessam blocos e adentram unidades de conservação, como a RDS Estadual Ponta do Tubarão, e apontou que durante o processo de licenciamento ambiental é recomendável uma atenção especial a situações que possam resultar na contaminação desses corpos hídricos e às estratégias estabelecidas nos Planos de Emergência, para protegê-los no caso de acidente com vazamento de óleo ou produtos químicos.

29. Com relação ao potencial espeleológico, informou que foram identificados registros de cavidades na área interna dos blocos SPOT-T-695, SPOT-T-699, SPOT-T-787, SPOT-T-788 e SPOT-T-791, e destacou que, para blocos localizados em áreas de ocorrência de cavernas, devem ser exigidos estudos espeleológicos visando a constatação ou não da existência de cavidades que possam sofrer impactos do empreendimento a ser licenciado, e quando identificadas cavidades, devem ser exigidos outros estudos específicos, bem como medidas de proteção e compensação, de acordo com as normas aplicáveis. Ressaltou, ainda, que é necessário atentar para as determinações e exigências contidas na Resolução CONAMA 347/2004, Instrução Normativa MMA 2/2017, Instrução Normativa ICMBio 01/2017 e Decreto nº 10.935, de 12 de janeiro de 2022.

30. Em conclusão à análise sobre os blocos apresentados, o Ibama recomendou não efetuar perfurações sobre a linha de costa nos blocos POT-T-241, POT-T-258, POT-T-259, POT-T-356, POT-T-357, POT-T-363 e POT-T-364, recomendando condicionar o licenciamento à utilização de tecnologias alternativas, como poços direcionais. Apontou também que para os demais blocos, não há restrição à oferta, no entanto, orientou considerar as recomendações registradas.

MMA

31. A análise efetuada pelo MMA informa que foram constatadas sobreposições de 20 blocos com 6 Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade. Desses, 16 blocos estão sobrepostos a áreas prioritárias onde a ação recomendada é a criação de uma unidade de conservação (GRAÚNA, POT-T-258, POT-T-259, POT-T-278, POT-T-279, POT-T-299, POT-T-300, POT-T-321, POT-T-322, POT-T-518, POT-T-561, POT-T-562, POT-T-695, POT-T-784, POT-T-787, POT-T-788). O Ministério conclui, em sua manifestação, que nenhum dos blocos ajustados se enquadrava no critério de exclusão do art. 4º da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3]. Entretanto, reforçou que foram identificadas recomendações para a criação de UCs no mapa de Áreas Prioritárias que, se concretizadas, poderiam alterar esse cenário de forma significativa.

4.4 - Análise de sobreposição

32. Com vistas a atender ao disposto no art. 4º, incisos I e II, da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], e na Manifestação Conjunta MME/MMA nº 02/2024 [14], foi realizada a análise de eventual sobreposição do Campo de Graúna e dos 42 blocos na Bacia Potiguar com as demais geoinformações indicadas na Portaria. A Tabela 3 apresenta as geoinformações utilizadas nessa análise, com as respectivas datas de acesso e forma oficial de consulta, sobretudo os sítios eletrônicos oficiais

dos órgãos competentes pela disponibilização das informações.

Tabela 3 - Geoinformações utilizadas na análise do Campo de Graúna e dos 42 blocos na Bacia Potiguar

Item	Geoinformação	Data de acesso	Responsável	Sítio eletrônico consultado
1	Unidades de Conservação (UC)	Outubro/2022	MMA	https://dados.gov.br/dataset/unidadesdeconservacao http://mapas.mma.gov.br/i3geo/mma/openlayers.htm
2	Terras Indígenas (TI)	Outubro/2022	FUNAI	https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas
3	Ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção.	Novembro/2022	ICMBio	https://salve.icmbio.gov.br/#/
4	Ocorrência de espécies da flora ameaçadas de extinção.	Outubro/2022	CNC Flora/JBRJ	As geoinformações foram encaminhadas formalmente pelo Centro Nacional de Conservação da Flora (CNC Flora)*
5	Assentamentos rurais e Territórios Quilombolas	Outubro/2022	INCRA	https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py
6	Áreas tombadas, sítios arqueológicos ou paleontológicos	Novembro/2022	IPHAN	http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/
7	Áreas com riscos geológicos	Novembro/2022	CPRM	https://geoportal.cprm.gov.br/desastres/

* As geoinformações disponibilizadas pelo CNC Flora apresentam os registros de 7.327 espécies da flora ameaçada de extinção que subsidiaram a Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) no processo de atualização da Portaria MMA nº 148/2022.

33. A partir da análise das geoinformações disponibilizadas no sítio eletrônico do MMA para **Unidades de Conservação**, registradas no conforme Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, foram identificadas sobreposições com a APA Dunas do Rosado. Devido à sobreposição, a ANP, seguindo as recomendações dos pareceres do IDEMA, excluiu integralmente o bloco POT-T-328, e a área remanescente do bloco POT-T-329, após recorte, foi anexada ao bloco POT-T-356. Por meio da *Figura 2 - Mapa de localização das UCs próximas aos blocos em estudo*(Manifestação Conjunta MME/MMA nº 02/2024 [14]), foram identificadas as unidades de conservação na região dos blocos em estudo e informadas as respectivas distâncias aos blocos mais próximos.

34. Durante a análise, não foram encontradas sobreposições com **Terras Indígenas** , conforme destacado na *Figura 4 – Mapa de localização das Terras Indígenas próximas aos blocos em estudo* (Manifestação Conjunta MME/MMA nº 02/2024 [14]).

35. Não foram encontradas sobreposições com áreas de ocorrências registradas das espécies da **fauna ameaçadas de extinção**, conforme apresentado na *Figura 5 – Mapa de Ocorrência das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção nas proximidades dos blocos em estudo*(Manifestação Conjunta MME/MMA nº 02/2024 [14]).

36. Na Figura 6 – Mapa de Ocorrência das Espécies da Flora ameaçadas de Extinção (Manifestação Conjunta MME/MMA nº 02/2024 [14]), nas proximidades dos blocos em estudo, são apresentadas as espécies da flora ameaçadas de extinção, destacando-se a *Portulaca holimoides*, *Astronium urundeuva*, e a *Tacinga inamoena*, localizadas, respectivamente, sobrepostas aos blocos POT-T-278, POT-T-747 e POT-T-883.

37. Na Figura 7 – Mapa localização das áreas de assentamento e territórios quilombolas próximos aos blocos em estudo (Manifestação Conjunta MME/MMA nº 02/2024 [14]), foram identificados vários de **projetos de assentamento de reforma agrária** nas áreas de interesse e suas proximidades, que foram listados na Tabela 3 – Relação de projetos de assentamento de reforma agrária sobrepostos com os blocos em estudo. Cabe destacar que na áreas dos blocos em estudo não foram identificadas sobreposições com **territórios quilombolas** nesta análise de sobreposição. A comunidade quilombola mais próxima dista 23 km do bloco POT-T-619.

38. Na Figura 8 – Mapa de localização dos **sítios arqueológicos e paleontológicos** nas proximidades dos blocos em estudo (Manifestação Conjunta MME/MMA nº 02/2024 [14]) foram indicados os sítios arqueológicos, onde é possível observar a ocorrência dos referidos sítios nos blocos POT-T-241 e POT-T-258.

39. Na Figura 9 – Mapa de localização das **áreas de risco** nas proximidades dos blocos em estudo (Manifestação Conjunta MME/MMA nº 02/2024 [14]) mostra as áreas com potenciais riscos geológicos nas proximidades dos blocos em Oferta. Os blocos POT-T-299, POT-T-300, POT-T-321 e POT-T-322 estão inseridos em área de inundação e corrida de massa. Ainda estão sujeitos à corrida de massa os blocos POT-T-518, POT-T-561, POT-T-562 e POT-T-563.

4.5 - Potencial Petrolífero

40. As informações acerca do potencial petrolífero dos Setores SPOT-T2, SPOT-T3, SPOT-T4 e SPOT-T5 apresentadas na Manifestação Conjunta MME/MMA nº 02/2024 [14] foram baseadas no Ofício nº 75/2022/SAG/ANP-RJ [16], que tem como anexo o Indicativo de Potencial Petrolífero [17]. Já as informações do potencial petrolífero do Campo de Graúna foram baseadas na Nota Técnica nº 005/2020/SDP [18].

4.6 - Novos Critérios Socioambientais

41. Em relação ao disposto na Nota Técnica Conjunta nº 08/2024 [13], no caso concreto da Bacia Potiguar, apenas os critérios associados a unidades de conservação foram aplicados aos blocos em estudo, afetando 12 dos 40 blocos considerados aptos à oferta, tendo em vista que dois blocos já haviam sido excluídos por recomendação do IDEMA.

42. Os recortes, exclusões e incorporações de áreas remanescentes a blocos adjacentes deram origem à nova configuração de blocos em estudo considerados aptos a serem ofertados pela ANP, listados na Tabela 4 e representados na Figura 3.

Tabela 4 - Blocos exploratórios considerados aptos na Bacia Potiguar

Setor	Blocos Exploratórios
SPOT-T2	POT-T-241, POT-T-258, POT-T-278, POT-T-279, POT-T-299, POT-T-300, POT-T-321, POT-T-322 (8 blocos)
SPOT-T3	POT-T-357, POT-T-394, POT-T-398, POT-T-438, POT-T-441, POT-T-442, POT-T-482 (7 blocos)
SPOT-T4	POT-T-518, POT-T-561, POT-T-562, POT-T-563, POT-T-695, POT-T-699, POT-T-743, POT-T-747, POT-T-784, POT-T-787, POT-T-791, POT-T-882, POT-T-883 (13 blocos)

SPOT-T5	POT-T-526, POT-T-528, POT-T-570, POT-T-613, POT-T-619 (5 blocos)
SPOT-T4	Campo de Grauna

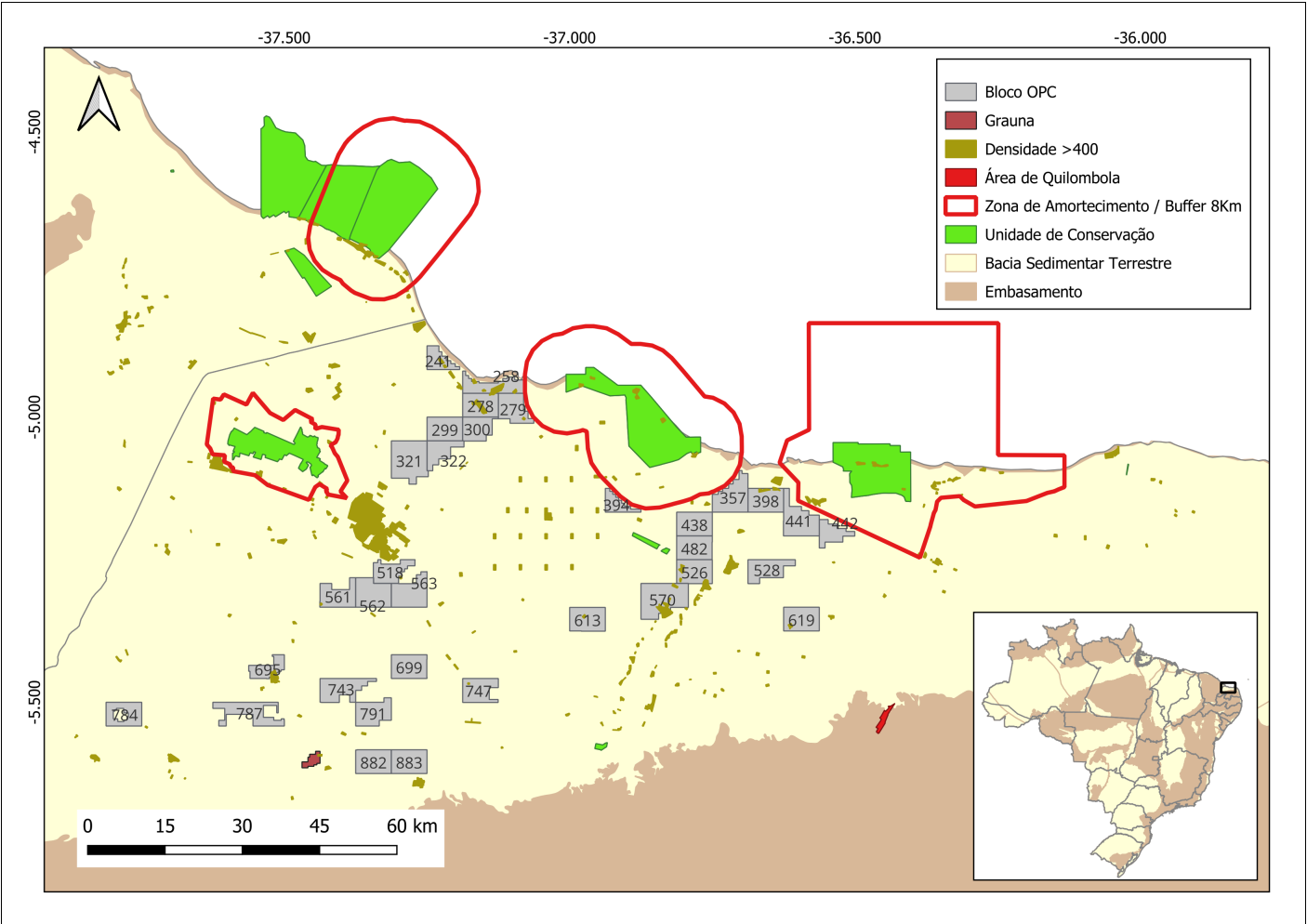


Figura 2 – Blocos aptos para oferta na Bacia Potiguar após aplicação dos novos critérios socioambientais.

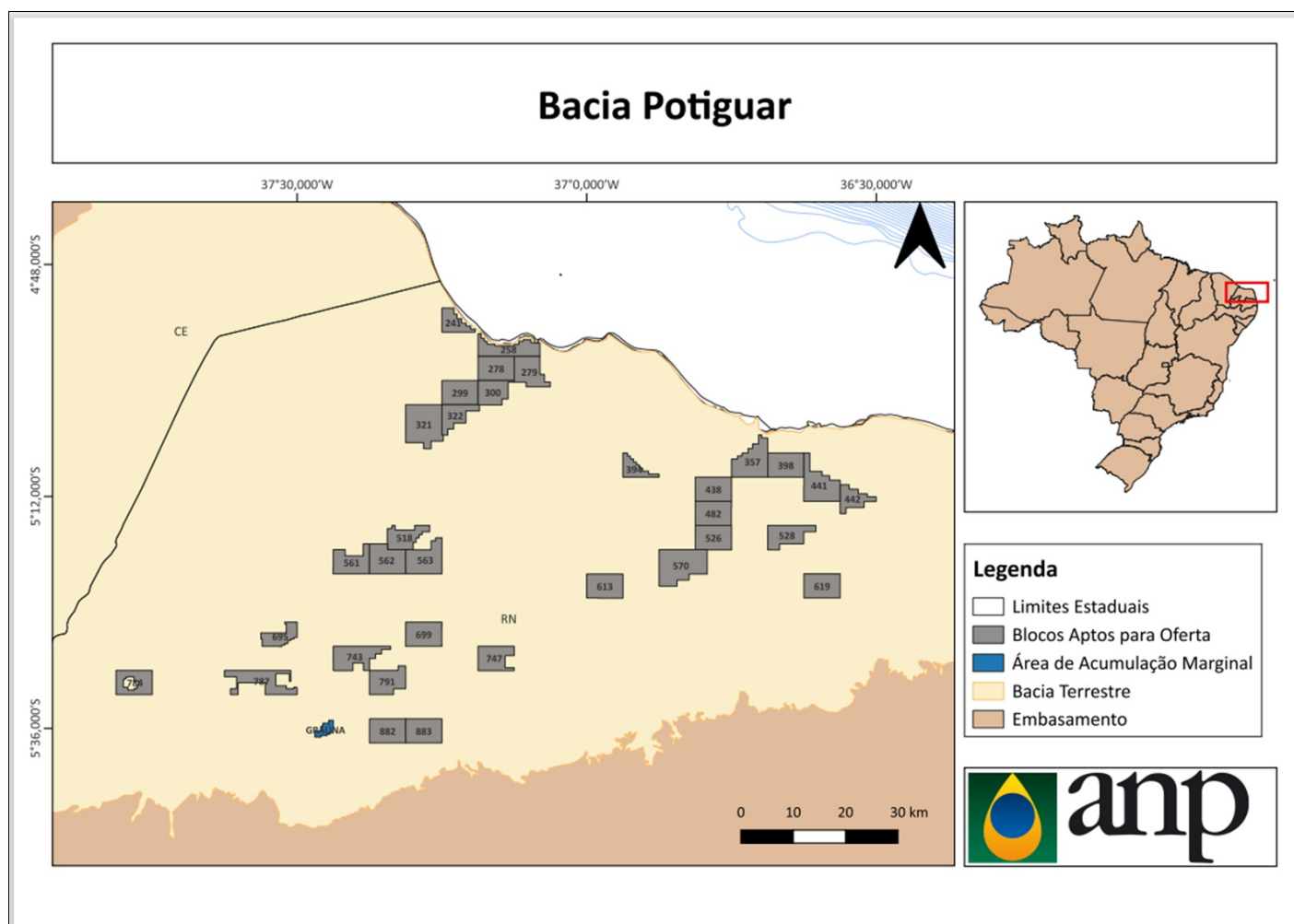


Figura 3 – Blocos aptos para oferta na Bacia Potiguar

4.7 - Papel das diretrizes ambientais

43. As informações dos pareceres, usualmente chamadas de “Diretrizes Ambientais”, são fundamentais para que as empresas interessadas possam propor Programas Exploratórios Mínimos compatíveis com a sensibilidade ambiental dos blocos e, por esse motivo, são divulgadas durante as Audiências Públicas, e disponibilizadas na página da ANP na internet com as demais informações sobre os procedimentos de oferta de áreas, bem como no Pacote de Dados.

44. Com base nas informações relatadas acima, conclui-se que a documentação apresentada pelo IDEMA, e a Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 02/2024 [14], estão em conformidade com os requisitos definidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [2].

5 CONCLUSÃO

45. Com base nos pareceres elaborados pelo IDEMA e corroborados pela Manifestação Conjunta nº 02/2024 MMA/MME [14], e acrescidos os recortes e exclusões complementares efetuados pela ANP, levando em conta a Nota Técnica Conjunta Nº 8/2024/ANP [13], a **ANP está apta para ofertar 33 (trinta e três) blocos na Bacia Potiguar, além do Campo de Graúna**, no Estado do Rio Grande do Norte, conforme Tabela 4 e Figura 3.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE MARCELO PEREIRA**, **Agente Público S/CCT**, em 05/12/2024, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA RODRIGUES BRAGA LEMOS CARNEIRO**, **Agente Público S/CCT**, em 05/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO VITALI**, **Especialista em Regulação**, em 05/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA GODOY MARTINS CORREA**, **Assessora de Meio Ambiente**, em 05/12/2024, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4547420** e o código CRC **52483938**.